

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
N.º 14 - ANO 3 - JUNHO DE 1986



OS CAMINHOS
TORTOS DO
PROÁLCOOL

VOTO DO PT
CONTRA
RODÍZIO CRIA
POLÊMICA

AS ONGS
DESVENDAM
MISTÉRIOS DO
BID E DO BIRD

DECRETO
ANTIÍNDIGENA
PODE NÃO
DAR EM NADA

POSSEIROS
SEQÜESTRAM
ÍNDIOS NO
PARÁ

2 **Contestações: um zero à esquerda**
Cartas.

3 **Madeireiros seqüestram 77 Tembê**

4 **ONGs mergulham no misterioso mundo dos bancos**

6 **Alta Costura**
O enganoso charme da globalização

7 **Sem incentivos, o Proálcool pode pedir água**

8 **Conservação de energia e fontes renováveis**

9 **Uma política energética para o Brasil**
Coluna Ponto Doc

10 **Rodízio de carros esquentando o tempo em São Paulo**

11 **Governo encampa a defesa dos direitos humanos**

12 **O Brasil visto por quem volta**
Agenda

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

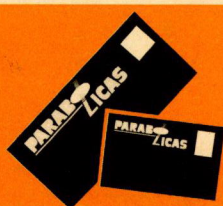
DECRETO 1.775 PODE ACABAR EM PIZZA

O polêmico decreto do ministro Nelson Jobim, que gerou a paranóia de que viraria pelo avesso a situação das áreas indígenas no País, no fim, promete não dar em nada. A Funai apresentou ao Ministério da Justiça, no último 10 de junho, respostas às 536 contestações de demarcações de terras indígenas no âmbito do decreto 1.775. Nenhum pedido de redução ou alteração de limites das terras com demarcações em curso foi aceito. Em alguns poucos casos, a Funai determinou que sejam refeitos os cálculos das indenizações de benfeitorias de boa fé.

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, declarou que haverá apenas pequenas mudanças nos limites de algumas áreas, como Cachoeira Seca e Apyterewa, no Pará, cujas demarcações foram paralisadas por ação dos posseiros. Porém, estas eventuais alterações não estarão baseadas no decreto 1.775 ou nas contestações por ele geradas, que são inconsistentes. Serão norteadas pelas situações de fato, visando

viabilizar demarcações paralisadas e não promover reduções de áreas. No caso de Cachoeira Seca, por exemplo, a linha reta que determinava o limite norte da área foi substituída por outra linha, que segue o divisor de águas da bacia do rio Iriri, ultrapassando-o em determinado ponto, de modo a incluir um conjunto de montanhas importante para os Arara, e recuando em outro ponto, ocupado por posseiros assentados pelo Incra. Há, ainda, informações não confirmadas de que outras três áreas - Baú (PA), Kampa do Rio Envira (AC) e Seruini-Mariênê (AM)- poderão sofrer alterações similares.

Agora, o Ministério da Justiça tem até o dia 9 de julho para apresentar sua decisão final. Quem quiser se manifestar em favor do reconhecimento integral dos limites já identificados para as terras indígenas em processo de demarcação, deve fazê-lo até esta data, através de cartas ou telegramas destinados ao ministro da Justiça e ao presidente da República.



CARTAS

FUNAI

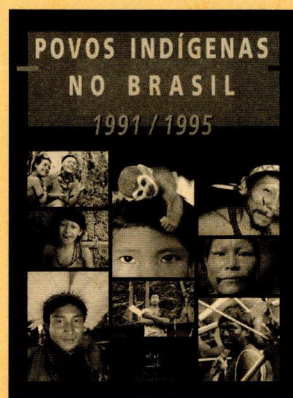
Lendo a edição nº 18 do *Parabólicas*, chamaram-me a atenção duas informações que precisam correção. Na seção *Alta Costura*, sob o título "Cabeça do cachorro", afirma-se que o ministro da Justiça "pressionado pela repercussão negativa do decreto 1.775 (...) assinou portaria mandando demarcar de forma contínua os 8.150.000 hectares da Terra Indígena Alto Rio Negro". O ministro não assinou a portaria declaratória da posse permanente indígena sobre essa área por pressão, assinou porque o procedimento estava em condições de receber a portaria. Estranha-me que *Parabólicas* entenda que o ministro só cumpra seus deveres regulamentares "por pressão". Na página 9, sob o título "A novela Munduruku", o articulista afirma que "em audiência com o presidente da Funai, Júlio Gaiger, os líderes não perceberam nem sombra de intenção por parte dele de resolver o problema (como depois se confirmou)". A Funai não possui força policial. Para expulsar os invasores da área "interditada", precisa contar com a Polícia Federal que, por disposição regimental, exige diárias para agentes em deslocamento. A Funai não dispõe de recursos para tais diárias e, neste momento, sequer o Ministério da Justiça os possui. Por isso, afirmei aos Munduruku que restaria acionar o Ibama, iniciativa que estarei tomando na semana próxima por ter sido absolutamente impossível agendar para antes a conversa. Não é estilo do presidente da Funai iludir índios com promessas de ações que sabe fora do seu alcance. Não se admite que a franqueza seja tida por ausência de intenção de resolver a questão. Que os índios, que vivem o problema, tenham sua percepção prejudicada, entende-se, mas do mestrando em antropologia social, espera-se maior lucidez.

Júlio Marcos Germany Gaiger
Presidente da Funai
Brasília, DF

ESCREVA PARA O INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP- BRASIL

LANÇAMENTO

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1991/1995



A mais completa cobertura da cena indígena e indigenista contemporânea do País, com informações sobre 206 diferentes povos. Ao todo, são 888 páginas, 70 artigos, 2.234 notícias, 299 fotos, entrevistas, quadros e mapas. Uma lista com 1.429 referências do que foi produzido sobre o tema durante o período.

Preço de capa: R\$ 70,00
(válido para o Brasil)

Adquira o seu nos escritórios do ISA em São Paulo e Brasília ou pelo Correio, enviando cheque nominal ao Instituto Socioambiental (Administração).

CRÔNICA DE UM SEQUESTRO ANUNCIADO

FRANCISCO POTIGUARA TOMAZ FILHO

Os 500 posseiros e madeireiros armados que sequestraram 77 índios, no Pará, expuseram um conflito que se arrasta por duas décadas

Invasores, madeireiros e políticos de Vila do Livramento, no município de Garrafão do Norte, no Nordeste do Pará, prenderam 77 Tembê, Timbira e Kaapor e três funcionários da Funai, inclusive eu, por 54 horas no dia 29 de maio. Como consequência, os índios, liderados pelos Tembê, passaram o último mês armazenando urucum para fazer pintura de guerra. Eles prometem se vingar das humilhações, matando algumas das 1.000 famílias de invasores e incendiando plantações que estejam dentro da Terra Indígena Alto Rio Guamá, de 280 mil hectares, criada em 1945. Se os Tembê cumprirem suas ameaças, os posseiros garantem que vão revidar.

Tais episódios não surgem do nada, como poderia pensar um leitor desatento dos jornais. A cobertura jornalística das ocorrências envolvendo índios costuma dar esta idéia errada, de que os fatos irrompem de repente, e por acaso.

O atual sequestro foi apenas mais um capítulo de uma longa crise que se arrasta nos últimos 20 anos. O nível de degradação da natureza, a retirada constante e ilegal de madeira e o incentivo à invasão por parte dos chefes políticos locais, com o objetivo de criar um fato consumado e reduzir a terra indígena, agravam ainda mais o problema. No início deste ano, os índios começaram a sinalizar que sua paciência estava no fim. Convocaram uma reunião e exigiram a presença do presidente da Funai, que enviou um representante. Todos os funcionários do governo foram tomados como reféns, para forçar a vinda de Márcio Santilli, na época à frente da Funai. Após tensas negociações, as lideranças aceitaram ir a Belém para encontrar-se com Santilli e vários secretários do governo do Pará. Em fevereiro, foram a Brasília, onde se sucederam encontros na Funai, no Ibama, no Incra e na Polícia Federal. Em abril e maio, uma equipe formada pela Funai, o Ibama e os índios começou a fiscalizar a ação de madeireiras na reserva, onde acabaram sendo apreendidos quatro caminhões carregados de madeiras nobres, avaliadas em R\$ 58 mil. Entretanto, o Ibama acabou liberando a carga, o que revoltou os índios e transformou-se num verdadeiro estopim.

A crise aumentou ainda mais quando a imprensa apontou os índios como negociadores da madeira apreendida, justo eles, tradicionalmente avessos ao comércio com as madeireiras. Os Tembê decidiram, então, queimar toda a carga e partir para Belém protestar contra a liberação. Eles teriam, também, matado algumas vacas, ovelhas e galinhas que encontraram pela frente. A movimentação do grande grupo de índios, que deveria partir em dois caminhões, inquietou os invasores. Um grupo armado de mais de 500 pessoas montou uma emboscada, cercou e desarmou os índios e guardou-os como reféns. Os Tembê e os funcionários da Funai foram espancados, ameaçados de morte e saqueados. Os posseiros roubaram desde artesanato, pulseiras e miçangas, até relógios, agendas eletrônicas e pneus sobressalentes do pessoal da Funai. Um caminhão fretado pelo órgão foi parcialmente destruído.

Durante horas tiveram de ouvir discursos de políticos da região e receber tentativas de suborno. Édson Amâncio, um madeireiro e candidato a vice-prefeito de Garrafão do Norte, ficou à frente da multidão fazendo discursos inflamados e tentando convencer os reféns de que

deveriam se corromper, aceitando dinheiro das madeireiras, ficando coniventes com a retirada de madeira, pois, segundo ele, era assim que agiam todos na região. Depois, 80 pessoas foram confinadas na delegacia, em 50 m² sem banheiro. Para piorar, os posseiros, do lado de fora, ameaçavam atear fogo ao local, batiam nas paredes e janelas, apontavam armas pelas frestas. Alguém chegou com um balde com água sanitária e sabão e obrigou alguns índios a lavar a pintura do rosto. Detalhe: a pintura, à base de jenipapo, não sai com água. Eles também tentaram fazer com que os reféns ingerissem água com urina e grama. Eles só foram liberados após negociações com o Minis-



Os Tembê queimaram a madeira liberada pelo Ibama... pouco antes de serem seqüestrados e confinados numa delegacia.



tério Público, a Funai, o Incra e a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Pará, embora o argumento decisivo tenha sido da Polícia Federal, que prometeu invadir o local se os índios não fossem libertados.

A questão de fundo na Terra Indígena Alto Rio Guamá não poderá ser solucionada senão pelo diálogo e ampla negociação. A outra alternativa seria uma guerra civil, e isto não pode ser levado em conta por quem tem um mínimo de sanidade. Acaba de ser formada uma comissão envolvendo órgãos do governo e representantes dos índios e dos posseiros para tentar encontrar uma solução. Entretanto, os Tembê não estão otimistas. Eles consideram que os posseiros, que não foram punidos pelo seqüestro, terão uma postura arrogante na discussão e reivindicarão uma grande redução da reserva.

Francisco Potiguara Tomaz Filho é chefe do Posto Indígena Canindé da Funai, na Área Indígena Alto Rio Guamá (PA)

ONGs mergulham no misterioso mundo das agências financiadoras

Pela primeira vez, as ONGs brasileiras têm acesso a informações sobre os projetos de desenvolvimento do governo a ser financiados pelos bancos multilaterais. A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, composta por ONGs e movimentos sociais, recebeu da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (Seain), no dia 18 de junho, a lista dos projetos aprovados pela Cofix (comissão interministerial de financiamentos externos), passíveis de ser encaminhados às agências financiadoras. Dentre eles, estão a duplicação da rodovia Régis Bittencourt, que liga São Paulo a Curitiba e Florianópolis (US\$ 1,28 milhões), a integração física e operacional de metrô e trens em São Paulo (US\$ 1,27 milhões), o financiamento de obras de transmissão de energia em todo o país (US\$ 1,10 milhões) e a construção da usina hidrelétrica de Salto de Caxias (US\$ 1,08 milhões), com potencial de 1.500 MW.

Nos últimos meses, a Rede Brasil vinha buscando um canal permanente de diálogo com o governo sobre a carteira do Brasil com os bancos. Sua principal proposta é de que os projetos can-

projeto de colonização de Rondônia, o Polonoroeste. Entretanto, nos últimos anos, negociar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem sido, aparentemente, mais negócio do que com o Bird. O Brasil já paga ao Bird mais em amortizações e juros do que o que recebe em recursos novos (numa média de mais de US\$ 1 bilhão por ano). Já o BID aumentou o volume de recursos para o Brasil, comprometendo aproximadamente US\$ 2 bilhões por ano para os próximos três anos, alcançando uma transferência positiva.

Nos anos 80, em função dos efeitos ambientais e sociais de vários projetos no Brasil, Índia e Indonésia, surgiu uma campanha internacional liderada por ambientalistas dos EUA, visando reformar as políticas dos bancos. Ao longo da última década, surgiram novas políticas de meio ambiente, de avaliação de impactos ambientais, de povos indígenas, de reassentamento forçado e, mais recentemente, políticas de acesso público às informações e de criação de instâncias semi-autônomas de sindicância dos projetos, os chamados "painéis de inspeção". Mas, ao mesmo tempo, os bancos viraram alvos de fortes críticas da direita, principalmente no Congresso norte-americano. Enquanto a esquerda e os ambientalistas questionavam os efeitos das reformas econômicas liberais promovidas pelos bancos, a direita criticava a sua eficácia em promovê-las. Isso resultou em cortes nas verbas norte-americanas para a assistência multilateral. O próprio Bird, em análise interna dos seus projetos em 1993, constatou uma queda vertiginosa de qualidade.

Nos anos 90, os bancos também perderam espaço para os investimentos privados. Enquanto o ODA caiu de US\$ 57,9 bilhões, em 1990, para US\$ 54,9 bilhões, em 1994, os investimentos privados cresceram de US\$ 26,7 bilhões para US\$ 77,9 bilhões no mesmo período. O novo presidente do Bird, James Wolfenson, abriu um processo de reforma, para passar de uma cultura de aprovação de empréstimos a qualquer custo para uma cultura da qualidade. Agora, dá-se maior ênfase à transparência e a uma relação de colaboração com as ONGs. Todas as representações do Bird na América Latina contrataram especialistas em impactos sociais e relações com a sociedade civil. John Garrison, que assumiu esta função no escritório brasileiro do Bird, realizou reuniões com ONGs e movimentos sociais em seis cidades, em junho do ano passado, apresentando a nova cara do banco e levantando posições e preocupações.

Mas será que preocupar-se com os bancos multilaterais e suas políticas não é chover no molhado? Enquanto eles já têm políticas ambientais, os investidores privados, não. Além disso, as reformas liberais e a globalização já tomaram conta de praticamente todos os países do Sul, e a entrada do capital privado internacional, cuja tendência é crescer, já deixou o dinheiro oficial, que tende a diminuir, para trás. Curiosamente, não é bem assim. Nenhuma empresa privada faz investimentos nos países do atraente mas desconhecido Sul sem parceria, co-financiamento ou garantia. Quem propicia isso são os setores dos bancos que lidam diretamente com o setor privado, como a

PROJETOS CANDIDATOS A FINANCIAMENTOS DE ORGANISMOS MULTILATERAIS (EM US\$ MILHÕES)			
Quem apresentou	Nº de projetos	Custo Total	Valor dos Empréstimos
Órgãos federais e estatais	28	12.537,20	6.637,90
Região Sudeste	18	4.380,20	2.417,30
Região Sul	12	1.805,60	976,10
Região Nordeste	26	2.091,90	1.210,50
Região Norte	03	325,30	248,00
Região Centro-Oeste	06	962,00	484,60
Total	93	22.102,20	11.974,50

Fonte: Seain/Rede Brasil

didatos a recursos multilaterais, aprovados pela Cofix, sejam divulgados antes que se tornem fatos consumados.

Mas o governo federal não é o único a sofrer pressões. As agências financiadoras, por sua vez, estão no meio de um tiro-teio internacional de críticas da esquerda e da direita. Maior fonte de recursos públicos internacionais para o desenvolvimento no mundo, elas são pressionadas a tornar-se mais eficientes e transparentes, ensaiando novas relações com a sociedade civil. Dos US\$ 54,4 bilhões de recursos da assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) comprometidos em 1994, mais de US\$ 20 bilhões foram destinados só pelo Banco Mundial (Bird). No Brasil, o Bird já emprestou US\$ 21,8 bilhões desde 1949. Ele já financiou desde a Light, no Rio de Janeiro, até o desastre

ALGUNS PROJETOS EM ESTUDO NO BID (1995-1997)

Projeto	Valor (US\$ milhões)
Programa federal de rodovias	500
Ecoturismo/Amazônia e Centro-Oeste	400
Gasoduto Brasil-Bolívia	400
Rodovia São Paulo-Florianópolis	400
Descentralização da gestão hospitalar	350
Crédito para pequenas e médias empresas	300
Programa de saneamento básico/NE	300
Programa de saneamento ambiental municipal	295
Saneamento da Baía de Todos os Santos	264
Saneamento do Distrito Federal	250

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento

International Finance Corporation (IFC) do Bird, ou com a garantia de empréstimos, ou os órgãos bilaterais de financiamento de exportação, como os Eximbanks dos países ricos, ou ainda suas agências de garantia de empréstimos. Essas agências já assumem como referência de diretrizes ambientais e sociais as políticas dos bancos multilaterais. O dinheiro pode ser relativamente pouco, mas a influência é muito grande.

Todo ano, tando o BID quanto o Bird negociam planos trienais com o Brasil, listando e priorizando projetos apresentados pelo governo, em cima da demanda apresentada pelos estados ao Seain. O compromisso do BID de investimentos de US\$

6 bilhões, de 1996 a 1998, anunciado pelo ministro Antônio Kandir, é justamente isso. Normalmente, a informação só vem a público após a aprovação do projeto - entre dois e cinco anos após o início das negociações entre o governo e o banco, e bem depois de qualquer hipótese de modificação. Houve consenso geral entre as entidades consultadas por John Garrison de que

EMPRÉSTIMOS DO BIRD AO BRASIL (1991-1994)

Projetos	Valor (US\$ milhões)
Educação	1.059
Água e esgoto	794
Desenvolvimento urbano	404
Agricultura	372
Finanças	350
Transporte	308
Energia	260
População/Saúde/Nutrição	160
Total	3.707

Fonte: Banco Mundial

o que importa é dispor das informações sobre os projetos enquanto ainda há espaço para discussão consequente. Afinal, num governo que alardeia seu compromisso com a transparência e a abertura para a sociedade civil, abrir a caixa preta do encaminhamento de projetos financiados e pagos com recursos públicos não é pedir demais. ☐

PLANAFLORO: UM LABORATÓRIO DO DIÁLOGO BIRD-SOCIEDADE CIVIL

O Programa Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro) é um dos melhores exemplos de como mudou o tom das conversas do Banco Mundial com as ONGs. Patrocinado pelo Bird, ele termina em dezembro, mas cerca de 45% dos US\$ 167 milhões previstos ainda não foram desembolsados, devido à morosidade na execução das ações ambientais previstas e à falta de vontade política do governo de Rondônia, onde foi implantado. A direção do banco decidiu, então, que só renovará seu apoio ao projeto se ele for reestruturado. "Hoje o Bird reconhece que, se não houver uma participação efetiva das 59 ONGs envolvidas e se o governo de Rondônia não encampar o Planafloro, ele dificilmente será implementado", avalia John Garrison, o homem responsável pela interface do Bird com as ONGs brasileiras.

O banco propôs como pré-requisitos para a continuidade do programa sua descentralizado e que ele parta das demandas locais. Nos dias 19 e 20 de junho, reuniram-se em Porto Velho representantes do governo, do Bird, do Fórum de ONGs de Rondônia e das associações internacionais Amigos da Terra e Oxfam, para ver que rumo dar ao projeto. A Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero) não esteve presente, porque condicionou sua participação à liberação de US\$ 700 milhões na forma de incentivos fiscais.

Do encontro saiu um acordo para destinar US\$ 22 milhões para apoiar iniciativas comunitárias, sobretudo no manejo de recursos naturais, conservação e busca de alternativas econômicas. O governo estadual deverá ficar com outros US\$ 30 milhões para pavimentar três rodovias, embora o grosso desses recursos venham do Estado e da União.

Também foi formado um comitê executivo, com dois representantes do governo estadual, dois do federal, e dois de ONGs

da região, que tem 45 dias para tirar um plano de ação e de descentralização para o Planafloro. O programa deverá ser renovado, e US\$80 milhões serão distribuídos no próximo ano.

VISÕES DIFERENTES

Hoje, quatro projetos financiados pelo Bird têm a participação, ao menos indireta, de ONGs: o Programa de Apoio aos Pequenos Proprietários, de combate à pobreza rural no Nordeste; o projeto contra a Aids do Ministério da Saúde, que envolve 167 ONGs; o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7) e o próprio Planafloro. Curiosamente, a atitude dos ambientalistas brasileiros em relação ao Banco Mundial varia muito de cidade para cidade. Enquanto os cariocas são mais críticos em relação às políticas gerais, os paulistas se preocupam com projetos específicos, como o de recuperação da represa Guarapiranga. Os gaúchos são os que mais prestigiam o banco, por terem obtido através dele informações sobre novas barragens que a Eletrosul não queria soltar. E os brasilienses têm posições mais cautelosas e políticas. Esta foi a conclusão de John Garrison, que reuniu-se com dezenas de ONGs em todo o país.

O próprio Garrison já trabalhou para uma não-governamental, o Inesc. "Vir para o banco, evidentemente, modificou minha visão, mas é verdade que ele mesmo mudou muito nos últimos anos", afirma. "Desde 1994, o Bird tem adotado uma política de divulgação de documentos mais aberta", explica. "Um projeto é divulgado assim que é identificado pelo banco, de seis meses a dois anos antes de sua aprovação final". O sigilo é mantido até a identificação, segundo Garrison, por motivos políticos, para que diferentes ministérios ou estados não se digladiem na disputa dos recursos. (Regina Scharf)

• **Rainha dos cifrões** - A apresentadora Xuxa fechou com o Ibama um acordo para a criação do "Clube Defensores da Natureza", um projeto de educação ambiental com a meta de engajar 7 milhões de crianças em quatro anos, pelo qual receberá R\$ 341 mil.

• **Defenestrada** - A diretora de Assuntos Fundiários da Funai, Isa Pacheco Rogedo, uma das principais responsáveis pelo avanço único no reconhecimento das terras indígenas nos últimos cinco anos, foi demitida no fim de maio, acusada de improbidade e falta de fidelidade ao presidente Júlio Gaiger e ao ministro Nelson Jobim. O pivô da demissão teria sido o ministro dos Transportes, Odacir Klein, que pressionou a Funai pela revogação da portaria de demarcação da reserva Ventarra, dos Kaingang, em Erebango (RS), sua base eleitoral, ao que Isa se opôs. Gaiger tem dito que não vai mexer com os Kaingang, povo cuja defesa caracterizou a "infidelidade" de Isa.

• **Capital estrangeiro** - O investimento estrangeiro no Brasil em 1996 é o maior dos últimos 15 anos e poderá ultrapassar 1,17% do PIB, quebrando o recorde histórico de 1973, de 1,59%, diz a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e de Globalização (Sobeet). Nos anos 70, o capital externo construía fábricas; hoje, funde-se ou adquire fábricas brasileiras. Não é a taxa de juros que o atrai, pois ela está baixando e a entrada continua aumentando. É a produção, mesmo. Octávio de Barros, diretor da Sobeet, diz que "o Brasil é o país em desenvolvimento mais internacionalizado do mundo" e atrai mais capital do que a China, pois "não há como garantir retirada do investimento de um país como aquele". Mas criação de empregos, até agora, noca.

• **Reservas particulares** - O presidente FHC assinou o decreto 1.922, que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e revoga o de número

98.914, de 1990. Além de aumentar a fiscalização do Ibama, com uma avaliação periódica do plano de utilização proposto, bem como do zoneamento e da situação ambiental das terras, o novo decreto incentiva a criação das RPPNs oferecendo alguns benefícios: isenção do Imposto Territorial Rural na área da reserva e prioridade na concessão de crédito agrícola e recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para implantá-la e administrá-la.

• **Diferenças de estilo** - Os quatro representantes do governo petista do Distrito Federal enfrentaram duas horas de jipe para chegar a Goiânia, onde participaram da reunião da Abema - associação que reúne representantes de órgãos ambientais - no fim do mês de maio. Em contrapartida, todos os sete membros do Ministério do Meio Ambiente, do PSDB e do PFL, fizeram o mesmo trajeto de avião. *Noblesse oblige.*

• **Fragil vitrine** - Enquanto o governo prepara a Expo Amazônia, que será instalada no World Trade Center, em Nova York, em parceria com a ONG Amanaka'á, a Área Yanomami (RR/AM) está sendo reivindicada. Há pelo menos 35 pistas de pouso clandestinas e mais de três mil garimpeiros na área. A Funai já apresentou ao ministro da Justiça um plano para mais uma operação retirada, ao custo de R\$ 6 milhões. Davi Yanomami enviou mensagem gravada aos organizadores da Expo Amazônia de que, se os garimpeiros não forem retirados, a exposição Yanomami prevista no evento chapa branca vai virar protesto.

• **Portas fechadas** - O Museu Magüta, dedicado à divulgação da cultura Ticuna em Benjamin Constant (AM), corre sério perigo. A instituição, que recebeu o título de "Museu Símbolo" de 1995 pelo Comitê Brasileiro do International Council of Museums, está em vias de fechar por falta de recursos e dificuldades de gerenciamento. Os amigos da instituição estão lutando para evitar seu fechamento.

Tem-se feito a apologia da globalização e da suposta integração de economias nacionais através de acordos regionais. O sucesso (?) da Rodada Uruguaí do GATT, a criação da Organização Multilateral de Comércio, as tentativas de se construir mercados comuns tais como o Mercosul, o Nafta e a Comunidade Européia seriam sinais do advento de uma era de bonança, devido à integração ainda que competitiva da economia mundial. Essa tendência é apresentada não somente como inelutável mas também como vantajosa e necessária para todos os países e suas populações, indistintamente. Internacionalizar, abrir o mercado, privatizar, desregular, passam a ser consideradas respostas mágicas para resolver os problemas da fome, do desemprego, das favelas, da violência. Enfim, foi redescoberta a via-mestra do desenvolvimento.

Um balanço mais objetivo das conseqüências da política de abertura adotada pelos países periféricos revela a onda de efeitos perversos dessa liberalização, que deixa suas seqüelas sob forma de eliminação impiedosa de postos de trabalho, queda dos níveis salariais também nos países industrializados e a perda generalizada dos benefícios conquistados na época do *welfare state*, que está definhando.

A maioria dos economistas oficiais nos apresenta uma visão linear positivista e superficial, incapaz de perceber a dinâmica e os aspectos contraditórios da conjuntura atual. Ao apontar os supostos benefícios (para quem?) da internacionalização da economia, desvia-se a atenção dos prejudicados e das vítimas desse movimento e da expansão tentacular do capital.

Na economia global, cada vez mais é o mercado financeiro, ou seja, as grandes corporações e não os governos, que decidem sobre os destinos do câmbio, dos juros, dos preços de *commodities*, da poupança e dos investimentos.

A liberação dos mercados é altamente vantajosa para o grande capital, cujos horizontes e estratégia transbordam as fronteiras estreitas do estado nacional. Nesse contexto, qual é o futuro dos países de desenvolvimento "tardio"? Ao fim da II Guerra Mundial, compareceram representantes de 47 países para a assinatura da Carta das Nações Unidas, em São Francisco. Atualmente, o número dos países membros da ONU ultrapassa os 180 e a cada ano surgem novos candidatos, constituindo-se em fontes de tensão e conflitos.

A esses conflitos de natureza étnica, religiosa ou nacionalista, deve-se somar as tensões internas originadas pela mobilidade praticamente ilimitada do capital financeiro e industrial, cujos investimentos, quando não puramente especulativos, são deslocados para as regiões ou países onde a mão-de-obra qualificada é mais barata e a legislação trabalhista e as restrições à poluição ambiental são bastante condescendentes.

Sob a alegação da necessidade de conquistar novos mercados, aumentar a produtividade e a competitividade, justificam-se baixos salários, condições de trabalho desumanas, a exploração do trabalho de crianças e a omissão quanto à contaminação ou destruição dos ecossistemas. Será que essa nova divisão ou fragmentação do mundo, entre uma minoria (cada vez menor) dos que "têm" e uma maioria (crescente) dos que "não têm", passou despercebida pelos tecnocratas nacionais e internacionais? E, se eles estiverem conscientes do problema, como pretendem equacionar soluções para os problemas estruturais da pobreza, do desemprego e da desintegração social que surgem, com ímpeto redobrado, em todas as sociedades, ricas e pobres, atingidas e envolvidas pela "globalização"? ☒

Henrique Rattner é diretor nacional do Programa LEAD - Liderança para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável.

Fim do subsídio da Petrobrás pode corroer motores movidos com o combustível

Restam seis meses para decidir o que será do Proálcool. No dia 31 de dezembro, a Petrobrás abandona a administração do programa e o álcool hidratado, do qual atualmente depende uma frota de 4,3 milhões de veículos, terá de competir em qualidade e preço com seus concorrentes, a gasolina e o óleo diesel. Uma das propostas que está sendo analisada pela Comissão Interministerial do Álcool (Cinal) é a regionalização do programa. Estuda-se restringir a circulação dos carros a álcool aos grandes centros urbanos e aos Estados onde ele é produzido. E mais: cada região do País definiria o tipo de combustível que lhe é mais adequado (entenda-se mais barato) e passaria a estimular o uso do veículo adequado a ele. Será que o Proálcool está com seus dias contados?



Uma frota de 4,3 milhões de carros depende hoje do Proálcool.

Enquanto técnicos e parlamentares discutem, o tempo passa. Na ciranda da nova ordem econômica mundial, um cenário de conseqüências cáusticas está sendo aguardado para dentro de dez anos. Ano 2010: segundo alguns analistas, somente Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, México e Venezuela comporão o seleto grupo de países exportadores de petróleo, a partir do qual se produz gasolina e óleo diesel. Ano 2.050: já não haverá mais petróleo no planeta.

Dentre as alternativas energéticas hoje desenvolvidas, o Proálcool, autêntico programa *made in Brazil*, ainda é dos mais promissores. Lançado em 1975, após o primeiro choque mundial de petróleo, foi sendo aperfeiçoado até absorver 8% da área cultivada no País e criar mais de um milhão de postos de trabalho. Dos 13 milhões de hectares de plantações de cana-de-açúcar existentes no mundo, 4,5 milhões estão no Brasil. O País queima, por ano, nada menos do que 7,3 bilhões de litros de álcool hidratado, o precioso carburante que mistura 96% de álcool e 4% de água. Além disso, são mais 4,5 bilhões de litros de álcool anidro, adicionado em 22% à gasolina.

Mas há indícios de que o Proálcool vai mal: hoje, estão sendo sucateados, por mês, cerca de 20 mil carros a álcool. Por que?

Porque o álcool combustível, que representou um investimento de R\$ 11,7 bilhões em duas décadas e evitou que fosse importado, em igual período, o equivalente a R\$ 28,7 bilhões em petróleo, está caindo em descrédito. A Petrobrás afirma pagar US\$ 60,00 pelo barril de álcool aos usineiros e revendê-lo a US\$ 35 às distribuidoras. A diferença - em forma de subsídio -, administrada pelo Fundo de Unificação do Preço do

Álcool (Fupa) e da ordem de R\$ 0,20 por litro, está corroendo os cofres públicos. Estima-se em R\$ 120 milhões o déficit mensal do Fupa. E a Petrobrás, é claro, não quer mais pagar.

Os usineiros, que cultivam uma dívida de R\$ 4,4 bilhões junto ao Banco do Brasil, afirmam que há uma defasagem no preço do álcool. "Ele deveria aumentar 14,9%", explica José Pilon, presidente da Associação das Indústrias do Açúcar e do Álcool, que congrega 60 indústrias em todo o País e emprega 770 mil trabalhadores na região Centro-Sul. Ele propõe que o subsídio ao combustível seja mantido através de "uma política fiscal transparente, que institua o imposto verde" - sobretaxar a gasolina, já no posto, para viabilizar o álcool.

Laura Tetti, diretora-executiva do Grupo de Países Latino-americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar e Álcool (Geplacea), sugere redução do ICMS sobre o álcool e isenção de IPVA para torná-lo mais competitivo. Lembrando que o preço do petróleo é "politicamente administrado", Laura sustenta que "o combustível que tem melhor performance socioambiental deve ser necessariamente mais caro e precisa ser barateado por medidas políticas, como a instituição de uma frota verde", composta de taxis e veículos da administração pública. Na sua opinião, deveria haver um cronograma de transição para o fim do subsídio ao álcool, elaborado por representantes do Congresso, dos usineiros e ambientalistas.

O deputado federal Hélio Rosas (PMDB-SP), presidente da Frente Parlamentar Sucro-Alcooleira, que reúne 204 deputados federais e 41 senadores de todos os partidos, também adota o discurso ambientalmente correto para defender o Proálcool. Afirma que, em seminário promovido pela Frente, vários representantes de nações estrangeiras expressaram interesse em aproveitar a tecnologia brasileira do álcool. "Estocolmo colocou nas ruas 170 ônibus movidos a álcool. Os EUA promoveram uma coalizão de 19 Estados em favor do etanol. O mundo todo quer nossa tecnologia", alardeia, salientando o caráter "limpo" do álcool: "Na Faculdade de Medicina de São Paulo, constatou-se que um ratinho exposto à inalação de gasolina morre em 6 minutos. Com álcool, morre em 25 minutos".

Para acalmar os ânimos, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, Eugênio Mancini Scheleder, integrante da Cinal, tira do bolso do paletó medidas em estudo: a regionalização do uso do álcool, a descentralização de sua produção. Ao mesmo tempo, afirma que o governo está trabalhando com duas metas: "Buscamos racionalidade sem ferir os avanços socioambientais já conquistados. Queremos diversificar o uso de fontes energéticas no Brasil e, em relação ao álcool, incorporar as tecnologias já disponíveis, como o uso do vinhoto para fertilizar o solo e o do bagaço da cana para engordar animais. Isto gerará receitas e aumentará a produtividade no campo".

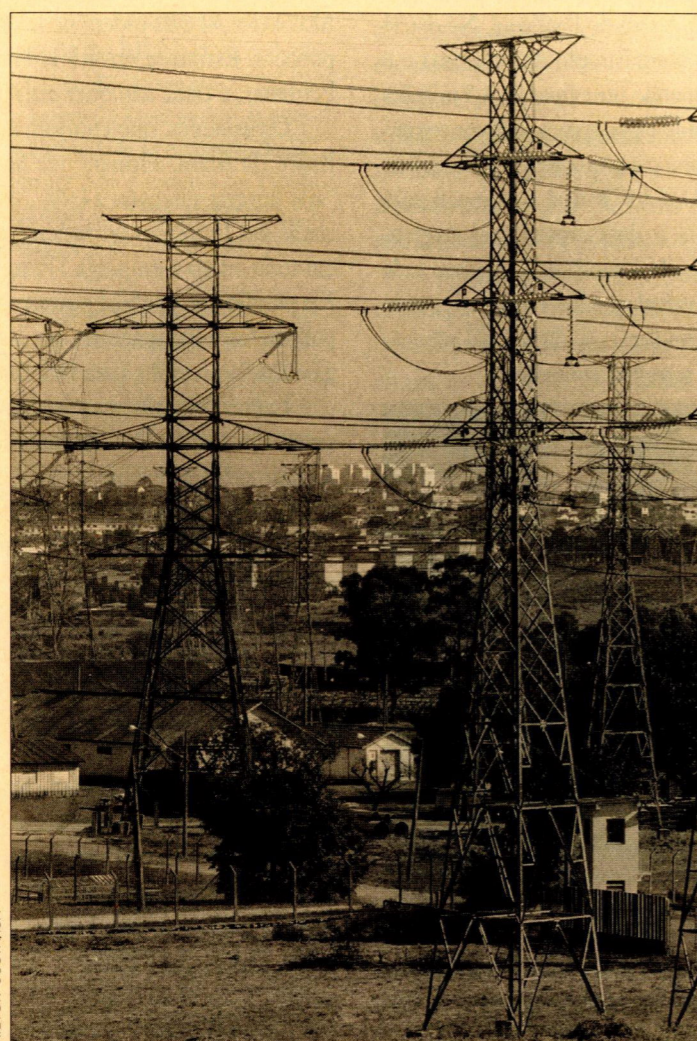
São certamente grandes planos para o futuro - assim como, um dia, o Proálcool representou um sonho distante. Mas, indagado se o subsídio oficial ao combustível permanece de alguma forma depois de 31 de dezembro, Scheleder responde: "Sim, enquanto existir carro a álcool nas ruas". Um cenário no mínimo preocupante quando se sabe que, em 1985, 96% dos veículos comercializados eram a álcool. Hoje, de cada cem carros novos, somente três são a álcool. Será que o Proálcool está com seus dias contados? ☒

O Brasil já tem experiências de sucesso na geração de energia solar e eólica, mas economizar ainda é a melhor saída

Para criar uma sociedade sustentável, a conservação de energia e a transição para fontes renováveis deverão nortear as políticas energéticas futuras. O uso de duas delas, as energias solar e a eólica, têm crescido muito nos anos 90.

A energia eólica, por exemplo, saltou de 15 MW para 2.652 MW desde 1981 em todo o mundo. Este aumento de quase 200 vezes em 15 anos se deve a uma significativa melhoria de eficiência das turbinas eólicas. As fazendas eólicas dos EUA e da Dinamarca são responsáveis por cerca de 80% desta capacidade instalada, e várias delas já fornecem energia para as concessionárias. No Brasil, a energia eólica já representa 5% do total gerado. Duas experiências merecem destaque. A primeira, realizada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com potência de 1 MW, situa-se a 240 km de Belo Horizonte. A segunda foi realizada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), com potência de 1,2 MW, em Fortaleza. Cada um destes projetos experimentais permite suprir energia para cerca de 1.000 residências, com investimentos de US\$ 1,5 milhão, subsidiados pelo governo da Alemanha.

A energia solar também tem sido experimentada com bastante sucesso no aquecimento de água, graças a painéis fotovoltaicos, ou na geração de eletricidade para comunidades isoladas que não têm acesso à rede elétrica. Em 1994, a Companhia Energética do Ceará (Coelce) e o Departamento de Energia dos EUA firmaram acordo de cooperação para implantar um projeto piloto de geração de energia solar em 14 pequenas comunidades do interior do Estado. E, na Estação Ecológica Juréia-Itatins está sendo desen-



Ailton Costa/ISA

A conservação de energia pode reduzir gastos com equipamentos de transmissão.

volvido um projeto da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) visando gerar energia elétrica para quatro pequenas comunidades e atender prioritariamente centros de saúde, escolas e laboratórios de pesquisa e equipamentos de radiocomunicação.

Quanto à conservação de energia, seu sucesso depende de mudanças culturais, tanto do sistema produtivo como dos consumidores, de forma a permitir a transição para estilos de vida menos perdulários. A incorporação de tecnologias mais eficientes no uso de energia - motores, caldeiras, eletrodomésticos, etc. -, a reciclagem de produtos pós-utilizados e o aproveitamento de resíduos industriais podem e devem ser en-

carados como ações que conservam energia e que reduzem a geração de resíduos e as taxas de crescimento da exploração dos recursos naturais.

Os produtos de alumínio, por exemplo, quando fabricados a partir de reciclagem, utilizam cerca de 5 a 10% da energia necessária para a fabricação do mesmo produto a partir de material virgem (bauxita). Em termos mais concretos, a reciclagem de 12 toneladas de alumínio (capacidade de carga de um caminhão médio) significa, no Brasil, uma economia de energia elétrica equivalente ao consumo de 100 residências durante um ano. Ou, em termos de área alagada, a cerca de 2 ha para geração hidrelétrica. Evita-se, tam-

bém, um consumo de 2.700 l de óleo combustível, 1.900 kg de soda cáustica e a mineração de 4,4 toneladas de bauxita. É importante lembrar que a atual produção brasileira de alumínio - 1.086 mil toneladas, das quais 70% são exportadas - necessita de uma capacidade instalada de 4.938 MW, o que corresponde a uma área inundada média de 220 mil ha.

Apesar de todas estas vantagens, a difusão das fontes renováveis e das políticas de conservação de energia tem sido mais lenta que o esperado. Os interesses das empresas energéticas transnacionais ignoram os custos sociais e ambientais, gerando distorções em favor de opções com influências ambientais negativas. A visão voltada para a oferta de energia, sem preocupação com sua conservação, ainda prevalece nos planos de expansão das empresas. Os investimentos anuais exigidos pela Eletrobrás e pela Petrobrás para aumentar a produção de petróleo e eletricidade até o ano 2.004 são da ordem de US\$ 8 bilhões.

Não se pode negar que os requerimentos de energia no Brasil deverão crescer consideravelmente caso se pretenda diminuir a pobreza. Entretanto, se forem mantidos os padrões de consumo de energia que hoje vigoram nas classes mais favorecidas e, caso a conservação continue negligenciada e o aporte adicional de energia seja baseado em combustíveis fósseis e/ou grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, os impactos sociais, ambientais e econômicos (dado o volume de investimentos exigidos) serão inevitáveis, sem precedentes e politicamente insustentáveis. ☐

André Luis Ferreira é pesquisador no Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp

Para evitar o esgotamento das reservas, é fundamental ter a sustentabilidade como meta

Foi criada uma falsa controvérsia sobre o futuro energético do País: argumenta-se que não está sendo investido o suficiente na geração de energia elétrica e que corremos o risco de ficar brevemente às escuras. Esta vertente é estimulada pelos empreiteiros, que desejam mais obras, e pelos fornecedores de equipamentos. Por outro lado, argumentam outros que há inúmeras possibilidades de melhorar o desempenho do sistema energético, quer usando bagaço de cana para gerar eletricidade, trazer gás da Bolívia ou interligar o sistema de transmissão Centro-Sul com a Argentina, eliminando o risco provocado por períodos de seca prolongados. Além disso, um esforço sério para não desperdiçar energia poderia estender a vida e a confiabilidade do atual sistema por vários anos.

Colocado o problema desta forma, as soluções que vão ser adotadas dependerão da pressão dos diversos grupos interessados, dos recursos disponíveis a estes grupos e das condições do mercado. Não haverá nelas qualquer linha condutora mais geral que ajude o Governo a fixar uma política que defenda o interesse público. A nosso ver, um ingrediente que falta nesta controvérsia é a meta da sustentabilidade, isto é, o interesse em evitar o esgotamento das reservas energéticas disponíveis, principalmente as reservas fósseis como carvão e petróleo.

Além de garantir recursos energéticos para o futuro, esta estratégia tem a vantagem de reduzir a poluição ambiental que assola nossas grandes cidades e outras regiões. A sua adoção tem um significado claro: é preciso aumentar a participação das energias renováveis no "menu" energético nacional. Esta participação já é muito significativa: cerca de 60%, assim distribuídos: energia hidrelétrica (35,4%), madeira e carvão vegetal (12,1%), álcool e bagaço (10,7%), outros (1,6%).

Destas fontes, a energia hidrelétrica ainda tem amplas possibilidades, sobretudo se forem concluídas as dezenas de obras inacabadas; o crescimento do consumo tem sido de cerca de 4% por ano e as obras a serem concluídas representam apenas cerca de 2% por ano da capacidade atual (57.000 MW).

O álcool é uma solução atraente do ponto de vista ambiental, mas o Proálcool estagnou no nível de 12 bilhões de litros por ano porque o custo do álcool é elevado. A solução, neste caso, é usar o bagaço de cana para gerar (isto é, cogeração) eletricidade.

A participação de madeira e carvão está caindo - felizmente para a preservação das florestas nativas - mas o uso de florestas plantadas deveria aumentar, porque esta é uma linha atraente.

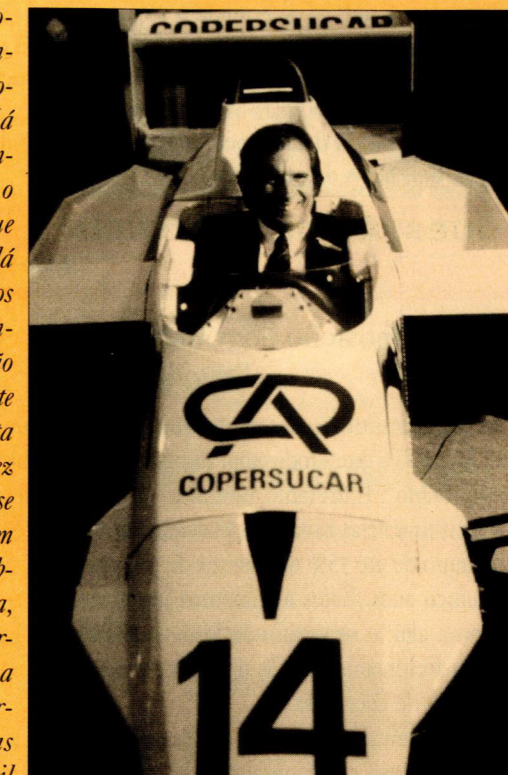
Com essas medidas, a energia renovável poderia continuar a ter uma participação importante e até aumentar, sobretudo se combinada com medidas de racionalização do uso de energia.

Com isso, diminuiriam muito as pressões para usar mais combustíveis fósseis que causariam mais poluição e que tornariam o sistema energético mais dependente de importações. ☐

José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação. Hoje, é professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP

ACELERA, EMERSON

Encontrar economistas que defendam o fim do Proálcool é fácil. Há até usineiros e ambientalistas contra o programa, já que produzir açúcar dá mais lucro e que os impactos ambientais da lavoura são grandes. Mas tente achar um cientista do contra. Talvez porque cientistas se ocupem menos com as dificuldades objetivas da política, talvez porque enxerguem mais do que a maioria dos mortais, talvez pelas duas coisas, é difícil



PEDRO MARTINI/ARL MARGENS

encontrar um que não defenda a sobrevivência do Proálcool.

O Brasil saiu na frente e instalou um vasto programa de autonomia energética, aproveitando sua vantagem ambiental e territorial e mobilizando seus (parcos) recursos tecnológicos. Graças aos pesquisadores da Embrapa, o Proálcool virou um projeto nacional de biotecnologia, economizou bilhões de dólares e diminuiu a poluição das cidades.

Por outro lado, deu tudo errado. Quando se mobiliza sociedade, Estado, indústria, usineiros, cientistas, trabalhadores e investimentos, nada dá 100% certo, nem 100% errado, sobra para a turma do bem e sobra pro mal. Daí a síndrome Dr. Jekyll e Mr. Hyde: economia de importações e calote de usineiros, 1 milhão de empregos no campo e salários de fome para bóias-frias, despoluição das cidades e poluição na lavoura. O sorriso de Emerson Fittipaldi, sob o patrocínio da Copersucar, frisa a imagem desse Brasil que se deu bem e quebrou a cara. E que, agora, sofre para se entender: acelerar para onde?

A poluição já obrigou Santiago, Cidade do México, Atenas, Milão, Cingapura e São Paulo ao rodízio obrigatório de automóveis. Estados Unidos, Canadá e Suécia desenvolvem ativos programas de energia sustentável. Quem pode, corre para as alternativas renováveis. Os preços de petróleo caíram e quebraram o Proálcool: um barril de gasolina custa US\$35,00 e um barril de álcool, US\$53,00, e o prejuízo a Petrobrás assume. Mas tudo é transitório em termos de mercado. Como será o Oriente Médio, em 20 anos? Para preservar o que pode vir a ser crucial, é preciso, agora, nadar contra a corrente. Sem subsídios, a produção de álcool morre em 1997. Mas não há mais grana para subsídio nenhum, pois o Estado faliu. Portanto, há que se tomar uma "decisão difícil", desagradável e impopular: criar um imposto, ou taxar a gasolina, ou lavar as mãos. Com álcool. ☐

RODÍZIO DIVIDE ESQUERDA E DIREITA EM SÃO PAULO

A partir de 5 de agosto e até o fim do mês, haverá rodízio de carros em São Paulo. Depois de uma difícil queda-de-braço na Assembléia Legislativa, em 4 de junho último, o governo conseguiu aprovar a medida por 40 votos a favor e 37 contra. Votaram a favor o PSDB, parte do PFL, do PL e do PMDB. Rejeitaram a proposta PT, PPR, PTB, PC do B, PSB, PPB e PDT.

Este ano, o rodízio se estende a 39 municípios do Estado. Na Capital, a Secretaria de Meio Ambiente espera obter uma redução da poluição ambiental maior do que no ano passado, quando registrou a adesão média espontânea de 38,1% da população, deixando de emitir na atmosfera 917 toneladas de monóxido de carbono. No ano passado, não houve multa. Agora, a SMA conta com um argumento no mínimo convincente: multa de R\$ 100,00 para os infratores.

Em São Paulo, a decisão pelo rodízio dividiu esquerda e direita, confrontou ambientalistas e gerou muita controvérsia. O *Parabólicas* apresenta, aqui, dois lados da polêmica.

QUESTÃO DE COERÊNCIA

ENRIQUE SVIRSKY

Oposição ao rodízio mostra cegueira político-partidária

A Constituição determina que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" e que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado". Entretanto, pesquisas científicas feitas pela USP refletem as consequências brutais da poluição veicular em São Paulo no inverno: aumento de até 15% das mortes de pessoas acima de 65 anos e menores de cinco anos. Estes argumentos irrefutáveis levaram não só a refletir como a agir: o secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fábio Feldmann, propôs o rodízio, preocupado com a saúde pública. Questão de coerência.

Ambientalistas de todas as tendências e origens, com grande dose de bom senso e responsabilidade, apoiaram esta medida. Concordam que o rodízio tem que ser feito, este ano com multa. Isto já acontece no México, Chile, Itália e Grécia. Será que estão equivocados e não entendem do assunto?

Logicamente, eles acreditam que esta medida é paliativa e não a solução. Mas qual é o instrumento atualmente disponível que pode evitar mais mortes nos duros inv(f)ernos que enfrentamos, numa cidade que não comporta uma frota de quase 4,5 milhões de carros, com gasolina barata após o Plano Real? Não é só um problema contitucional, como alguns consideram. É um problema moral e de cidadania, também, já que atinge a saúde pública de milhões de pessoas que nem têm carro.

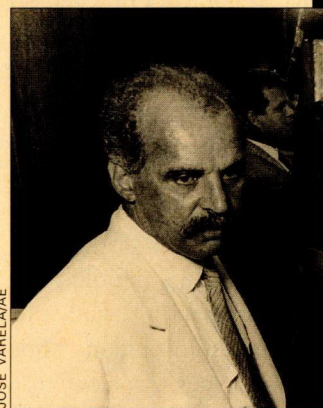
Todos sabem que a discussão é mais ampla: envolve políticas de urbanização, de saúde pública, de matriz energética, de transporte público, de educação ambiental, e outras, que nossos governantes passados deixaram para nós, e que não podemos resolver já, nem desconhecer, e que nos obrigam a agir. Ou nos preocupamos com a sociedade e tentamos viver em harmonia com o meio ambiente ou voltamos ao capitalismo selvagem, ultrapassado e responsável pela degradação herdada.

Neste sentido, gostaria de lembrar a diferença entre o discurso e a prática, na chamada irresponsabilidade político-partidária, fruto do fisiologismo ou do *si hay gobierno, soy contra*.

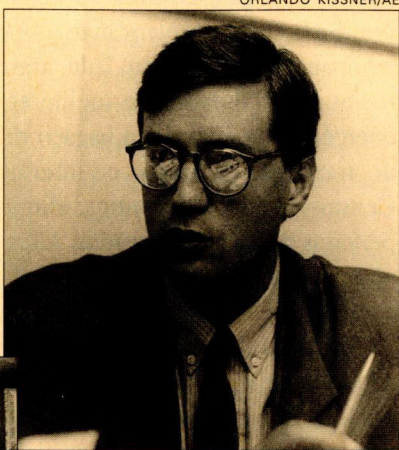
Os deputados estaduais Erasmo Dias, Pedro Dallari, Conte Lopes, Djalma Bom, Afanásio Jazadji, Kito Junqueira e os outros radicais do PC do B e do PT estão de mãos dadas contra o rodízio com multa, como forma de minorar os graves problemas descritos. Mas foram vaiados pelos ambientalistas a cada "não" dado. Sinal dos tempos, quem diria.

Ou estes representantes não entendem de meio ambiente, ou não estão interessados na saúde pública, ou não representam dignamente seus representados. Será que os ambientalistas estão tremendamente equivocados? Ou os representantes na Assembléia acham que todos têm carro com motorista como eles? De Pedro Dallari, Renato Simões, Beatriz

Pardi, Djalma Bom e os outros petistas que se dizem representantes do povo, esperávamos outras respostas. Só espero que os seus filhos não sofram com a poluição e seus pais não morem em São Paulo. Saudável a democracia que permite que, nas próximas



Djalma Bom.



Pedro Dallari.

eleições, nós possamos escolher melhor, pelas presentes e futuras gerações. Ainda bem que contamos com outros deputados que aprovaram o projeto. O meio ambiente agradece.

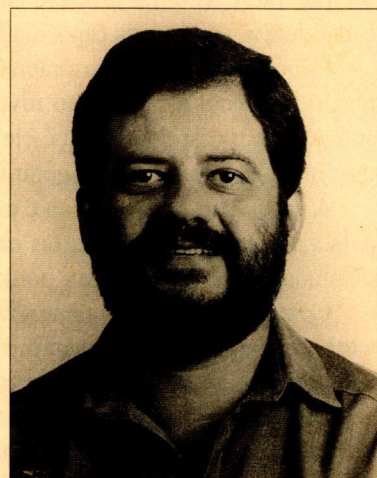
Enrique Svirsky é coordenador de programa da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de SP e membro do Conselho Diretor do ISA

GOVERNO PROMOVE UM RODÍZIO DE CONFUSÃO

ROBERTO GOUVEIA

O poder público tem obrigação de controlar a poluição de forma permanente

A polêmica instaurada com o projeto do rodízio foi importante para que a sociedade constataste que a atual gestão não tem uma política ambiental efetiva. Entidades, população, partidos e o governo puderam manifestar suas posições. Para o PT, o rodízio é uma medida paliativa, que visa enfrentar situações emergenciais em apenas alguns meses do ano. A principal obrigação do poder público é controlar a poluição de forma permanente, dentro de uma concepção preventiva, evitando os momentos críticos, defendendo a saúde pública e minimizando o sofrimento da população. É inadmissível que a restrição



Roberto Gouveia.

de circulação de veículos se transforme em panacéia ou em único instrumento de ação.

A atual gestão não desenvolve programas fundamentais e permanentes de combate à poluição do ar. O IM - Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - foi repassado no final da gestão Fleury para a prefeitura paulistana. Numa concorrência nebulosa, a única participante, a empreiteira Vega Sopave (Grupo OAS) foi escolhida. Suspeitas de favorecimento levaram parlamentares do PT e o PNBE a contestarem esta concorrência na Justiça. A Cetesb e o atual secretário do Meio Ambiente defenderam o rompimento do convênio em documentos enviados à Assembléia, o que não se efetivou. Resultado: depois de 15 meses de gestão, inexistente o programa. A Operação Caça-Fumaça (que controla a emissão de poluentes de caminhões e ônibus) também funciona precariamente, com equipes reduzidas pelas demissões e pelo sucateamento, e o Proconve, que controla poluição no processo de produção de carros novos, está paralisado.

Diante deste quadro, aprovamos nossa emenda que alterou o artigo 1º da lei do rodízio, garantindo sua execução em 96. Baseados na experiência adquirida, no próximo ano teremos melhores condições de avalia-

UM PROGRAMA PARA OS DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO E PAULO DE MESQUITA NETO

Governo federal e ONGs estão mais engajados que estados e municípios

O presidente FHC lançou no dia 13 de maio o Programa Nacional de Direitos Humanos, seguindo uma recomendação feita pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, que se realizou em Viena, na Áustria, em 1993. O Brasil se tornou o primeiro país da América Latina e o terceiro no Mundo, depois da Austrália e das Filipinas, a observar esta recomendação.

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todos, sejam homens ou mulheres, brancos, negros ou indígenas, pessoas com acesso à riqueza ou despossuídas, trabalhadores urbanos ou rurais, policiais ou presidiários. No seu conjunto, existem direitos civis (direito à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei), políticos (direito de votar e ser votado), econômicos (direito ao trabalho em condições justas e favoráveis), sociais (direito à educação e à saúde), culturais (direito de participar da vida cultural e de desfrutar dos benefícios do progresso científico e tecnológico), coletivos (direito ao desenvol-

vimento) e ambientais (direito a um meio ambiente saudável). Eles são indissociáveis: a proteção de um tipo de direito influencia e é influenciada positivamente pela proteção dos outros direitos. Esse fato, entretanto, não impede que programas nacionais de proteção dos direitos humanos estejam voltados prioritariamente para um tipo particular de direito cuja proteção seja considerada particularmente importante num determinado país ou momento.

O Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo federal, é, ao mesmo tempo, ambicioso e modesto. É ambicioso ao propor medidas para a proteção dos direitos humanos de todas as pessoas e grupos, não admitindo nenhum tipo de discriminação. É modesto ao propor medidas que, sem ignorar a importância dos outros tipos de direitos, enfatizam a necessidade de proteger os direitos civis, que dizem respeito mais diretamente à vida, integridade física e cidadania de cada pessoa. De certa for-

ção e o debate poderá ser mais promissor. Quanto à multa, entendemos que um governo omissivo, que capitulou frente a necessidade de implantar programas fundamentais, não tem legitimidade para transferir a culpa, mais uma vez, para o cidadão. Não conseguimos retirá-la, mas, pelo menos na votação, seu valor foi reduzido à metade.

Votamos contra o PL.123 e não contra o rodízio. Não poderia ser diferente. O seu texto original era confuso, com erros primário, com pontos nitidamente inconstitucionais. Nele não constavam preocupação educativa ou de adesão da cidadania e garantias de transporte coletivo digno. Reduzia-se, praticamente, à multa. Além do mais, sem acordo entre as lideranças e com a base de sustentação do governo rachada, não tínhamos nenhuma garantia da aprovação posterior das emendas.

Poderíamos ter contribuído muito mais no aprimoramento do texto final da lei, se o Executivo não tivesse postergado o envio do projeto, o que ocorreu em março, com regime de urgência, dificultando o aprofundamento das discussões e atropelando as negociações. Como sempre continuaremos abertos ao diálogo. ☒

Roberto Gouveia é médico sanitário e líder do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo

ma, esta modéstia na definição do tipo de direito a ser protegido permite que o programa seja ambicioso na inclusão da proteção dos direitos humanos de todas as pessoas e grupos entre os seus objetivos, sem se transformar num programa utópico ou numa simples carta de intenções.

Na sua elaboração, o programa do governo federal recebeu contribuições de seis seminários, realizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Porto Alegre e Natal, com a participação de 210 entidades, e da 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília. Tanto o governo federal como as ONGs enfatizaram a importância da consolidação e do fortalecimento desta parceria na implementação do programa.

Muitos acreditam que ele pode ser algo mais que uma carta de intenções ou um programa "para inglês ver". Mas ninguém duvida que uma parceria entre o governo federal e as ONGs pode contribuir de maneira decisiva para a sua implementação. Um papel

fundamental será desempenhado pelos governos estaduais e municipais, até agora menos engajados do que o governo federal e as ONGs. Nesse sentido, um dos principais desafios destes últimos será obter o apoio dos estados e dos municípios para o programa.

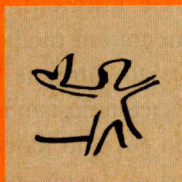
Para isso, conta-se não apenas com o idealismo dos governadores e prefeitos mas também com dois dispositivos do Programa Nacional de Direitos Humanos que tratam da concessão, por parte do governo federal, de incentivos aos estados e municípios que implementarem medidas favoráveis aos direitos humanos, e da retenção, também por parte do governo federal, de recursos ou favorecimentos aos estados e municípios que não o fizerem. Da implementação destes dois dispositivos dependerá, em grande parte, o sucesso do programa. ☒

Paulo Sérgio Pinheiro é coordenador e Paulo de Mesquita Neto é pesquisador sênior do Núcleo de Estudos da Violência da USP

O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor
Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*), Juliana Santilli (*vice-presidente*), Eduardo Viveiros de Castro, Enrique Svirsky, Neide Esterci

Secretários-Executivos
Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Av. Higiênópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: 55 11 825-5544
fax: 55 11 825-7861
internet:socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 101
70862-530 Brasília - DF
tel: 55 61 349-5114
fax: 55 61 274-7608
internet:dfsocioamb@ax.apc.org

O CHEIRO DA SAUDADE. O CHEIRO DA REALIDADE

Estando fora, é difícil não comparar. Ao voltar, é difícil também não apelar para as referências do que se viveu no Exterior. Para o bem ou para o mal, quando eu estava nos EUA, meu coração apertava ao lembrar do Brasil. Agora, aqui, minha razão dá inevitáveis escapadelas para o modelo norte-americano.

Nos EUA, a síntese de minha saudade era a falta que me fazia a padaria. A presença dela em nossa vida ganha uma dimensão inigualável quando nos vemos longe de uma. Já pensaram que é lá que o lanche para a família se improvisa em minutos? E a cerveja que acabou na geladeira se concretiza em segundos? O resultado do jogo, a fezinha no bicho, o desejo de comer maria-mole, a lata de óleo que está faltando, a sardinha para o eventual cuscuz, as velinhas para o bolo de aniversário, o filme para a máquina fotográfica e até a bolinha de pingue-pongue – tem de tudo na padaria! Para a solidão, o chapeiro acaba sendo companhia certa para jogar conversa fora até a gente se refazer e ir à luta. Fiéis frequentadores conseguem até trocar cheque, pagar fiado e “abrir conta”, como no tempo das mercearias.

Não há padaria nos EUA, mas lugar onde se compra pão e ponto final; e existem *cafés*, para tomar café ou comer um sanduíche com salada, e outro ponto final. Nesses lugares, as pessoas lêem seus jornais, digitam seus computadores ou estudam. Mas cada um na sua – a individualidade respeitada acima de tudo. Cerveja, só na *grocery store*, e antes das 22 horas. A lata de óleo ou a bolinha de pingue-pongue só em supermercado, a léguas de distância de casa. Conversa para jogar fora com o chapeiro... bem... só se ele for estudante fazendo bico, da mesma classe social, raça e ideologia que a sua, e só depois do expediente, com hora marcada para chegar e para sair. A assepsia das relações humanas nos países protestantes é, no

entanto, assunto para depois.

O Brasil, então, é o melhor país do mundo, certo? É, quando a gente sabe que aqui os amigos não marcam hora para conversar e a padaria está logo ali para resolver os problemas básicos de nossa sobrevivência. Cheiro de amigo e de padaria, isto é, de calor humano e pão quente, existe coisa melhor? No Brasil, a gente pode encontrar isto em cada esquina.

Desembarcando em Cumbica, no entanto, surgiu o primeiro cheiro impactante, aquele que eu não havia guardado no coração. A imponente poluição do Tietê, que me acompanhou até em casa, me fez cair na real. Refugiei-me nos abraços das pessoas queridas, saudosas, cheirosas, que me acolheram apreensivas, divididas entre dois sentimentos: Será que ela voltou americanizada? Ela vai agüentar viver aqui de novo? Mas eu estava feliz em voltar pois acredito que o Brasil é o país mais bonito do universo.

O rádio do carro trazia notícias da campanha do Maluf, que queria punir quem joga lixo na paisagem. Fiquei agradavelmente surpresa. Mas os amigos me advertiram que ele – o prefeito! – fora pego jogando lixo no chão.

No prédio onde moro, tudo mudado: empregados foram demitidos para dar lugar a outros, com salários mais baixos. Colocaram novo revestimento nas paredes, jardinagem com *griffe* e mais coisinhas inúteis. Mas o elevador continua com os mesmos barulhos suspeitos nas engrenagens, dando-nos a impressão de que vamos despencar a qualquer minuto. Mas eu não quero reclamar pois, afinal, não voltei americanizada.

Ansiosa, fui feliz à padaria. Segui pela calçada absolutamente esburacada. O meio-fio também havia sido aberto e não vi qualquer sinal de advertência aos mais desatentos. Lembrei que idosos e deficientes físicos são considerados cidadãos prioritários nos EUA. Por morar ao lado do

Hospital das Clínicas, logo se impôs a pergunta: que mágica conduz os doentes até o hospital?

Espirrei e meus olhos coçaram. Patrulhei-me para não reclamar. Afinal, não voltei americanizada e estava feliz com o retorno. Meus filhos precisavam de passes escolares para o ônibus e aí me lembrei que aqui não basta apresentar carteirinha para provar que se é estudante. Tem que ter passe, que não é vendido em qualquer lugar nem a qualquer hora. Deilhes uma nota de dez Reais, que eles não aceitaram: mais fácil ir à pé à escola do que enfrentar o mau humor do cobrador do ônibus para trocar o dinheiro.

Entendi porque os amigos haviam perguntado se eu estava preparada para entrar de sola no cotidiano brasileiro. Será que não vou mais sentir saudades de cheiros, mas só da assepsia civilizada de uma sociedade calculista e racional, que coloca os direitos do cidadão acima de qualquer suspeita?

Com o raciocínio de quem ficou fora por algum tempo, constatei: estranho viver num país onde o governo nos acusa de sermos mal-educados por jogar lixo no chão, quando ele próprio sequer tapa buracos nas ruas. Provavelmente, infra-estruturas como rede de esgoto e um programa de controle da poluição devem servir apenas de brinde para alguns privilegiados que têm a chance de voar para o Primeiro Mundo. ☐

Agenda

• **22ª Reunião Brasileira de Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas.** Manaus, AM, 21 a 26/7. Tema central: Amazônia e agricultura sustentável

• **Brincar e Aprender com a Natureza.** São Paulo, SP. De 26 a 28/7. Promovido pela Editora Senac, para desenvolver a sensibilidade da criança em relação ao meio ambiente.

• **2º Seminário Internacional sobre Energia Solar e Eólica e Eficiência Energética.** Salvador, BA. De 5 a 9/8.